



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

**PROJETO BÁSICO<sup>1</sup>**

**SEGUNDA ETAPA DO EDIFÍCIO MULTIÚSO DA UNILA – UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**CONSTRUÇÃO DO BLOCO DE AULAS 02  
PROCESSO 23422.015848/2021-98**

---

<sup>1</sup>Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Projeto Básico – Obra - Regime Diferenciado de Contratações (RDC)  
Atualização: Outubro/2020



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

## **1. OBJETO**

1.1 Contratação de empresa de engenharia para execução da **Segunda Etapa do Edifício Multiúso da UNILA - Construção do Bloco de Aulas 2**, localizado no Campus Integração da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexo.

1.2 São partes integrantes deste Projeto Básico, para todos os fins e efeitos os documentos abaixo relacionados que o complementam:

1.2.1 Anexo A – Desenhos e Especificações Técnicas do Projeto Executivo;

1.2.2 Anexo B – Critério de Medição e Pagamento;

1.2.3 Anexo C – Planilha de Pagamento de Etapas;

1.2.4 Anexo D – Planilha Orçamentária de Referência;

1.2.5 Anexo E – Planilha Orçamentária em Branco (a ser preenchida pelos Proponentes);

1.2.6 Anexo F – Cronograma Físico-Financeiro de Referência;

1.2.7 Anexo G – Cronograma Físico-Financeiro em branco (a ser preenchido pelos Proponentes).

1.2.8 Anexo H – Especificações Gerais de Execução da Obra.

1.2.9 Anexo I – Matriz de Risco - subestimativas e superestimativas relevantes.

1.3 O Objeto da licitação tem a natureza de obra de engenharia.

1.4 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo D do Projeto Básico.

1.5 O valor estimado da contratação é de **R\$ 8.196.114,20 (oito milhões e cento e noventa e seis mil e cento e quatorze reais e vinte centavos)**.

1.6 O contrato terá vigência pelo período de **510 (quinhentos e dez) dias corridos**, sendo prorrogável apenas na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993. O prazo de execução da obra é de até **420 (quatrocentos e vinte) dias corridos**.

1.7 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 Atualmente a UNILA não possui campus próprio para seu funcionamento e utiliza como alternativa a locação de vários imóveis em diferentes áreas da cidade. Tal situação eleva de forma significativa o custeio com valores de aluguéis em estruturas provisórias. A Universidade enfrenta hoje o desafio de conquistar sua autonomia em infraestrutura.

2.2 Alinhado a necessidade de consolidação de infraestrutura própria, foi desenvolvido o Plano Inicial de Edificações, que consiste na proposta de implantação de novos edifícios no terreno de matrícula nº 88.748 localizado na Av. Tancredo Neves, 3147, no qual a UNILA é proprietária.

2.3 Tal Plano foi submetido à apreciação do CONSUN – Conselho Superior da UNILA, processo administrativo 23422.007208/2019-02, e aprovado com a indicação da necessidade de construção, entre outras, a edificação com fins acadêmicos e administrativos, o Edifício Multiúso.

2.4 A partir do programa de necessidades da UNILA, a Secretaria de Implantação do Campus desenvolveu o projeto do Edifício Multiúso, que é composto pelo Bloco de Aulas 01



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

(2.444,13m<sup>2</sup>) e Bloco de Aulas 02 (2.238,97m<sup>2</sup>), com 2 pavimentos cada. Os blocos que compõem o Edifício Multiuso são interligados por uma passarela entre os pavimentos superiores e uma única rampa que dá acesso ao pavimento superior de ambos os blocos, ambas cobertas, totalizando uma área construída de 4.884,01m<sup>2</sup>.

2.5 Devido às restrições orçamentárias, a universidade optou por executar o edifício em etapas, sendo que a primeira etapa, que corresponde a construção do Bloco de Aulas 01, passarela e rampa de acesso, encontra-se em execução.

**2.6 A segunda etapa, que é objeto desta licitação, consiste na construção do Bloco de Aulas 02 e a cobertura entre os blocos (2.439,88m<sup>2</sup>).**

2.7 É necessário ressaltar que ter espaços próprios adequados para as atividades acadêmicas e administrativas é a alternativa real para a liberação gradual dos espaços locados, diminuindo o número de sedes provisórias, e consequentemente, os valores despendidos com aluguéis e consolidação de sua autonomia em infraestrutura. Com a construção do Bloco de Aulas 02, será possível transferir atividades de uma das sedes acadêmicas, reduzindo área de espaços locados.

2.8 Frente às necessidades expostas, o projeto foi concebido apresentando soluções técnicas globais com detalhes, visando atender aos requisitos de funcionalidade e adequação ao interesse público, economia na execução, conservação e operação, de acordo com o artigo 12 da Lei 8.666/93.

### **3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA**

4.1 Trata-se de obra a ser contratada mediante licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratação – RDC Eletrônico.

4.2 A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3 O Modo de disputa será Aberto;

4.4 O critério de julgamento da proposta é o maior desconto;

4.5 Não será permitida a participação de consórcios;

### **5.VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

5.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local, acompanhado por servidor designado para esse fim, de



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: <[secic@unila.edu.br](mailto:secic@unila.edu.br)>.

5.2 O prazo disponível para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.2.2 A Obra será realizada no terreno de matrícula nº 88.748, pertencente à Universidade Federal da Integração Latino-Americana, situado na Avenida Tancredo Neves, 3147, Bairro Porto Belo, em Foz do Iguaçu/PR.

5.3 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.4 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da obra, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.4 Pagar à Contratada o valor contratado, conforme cronograma físico-financeiro;

6.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;

6.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

6.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

6.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

6.6.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para a correta execução contratual.

6.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade do serviço prestado após cada medição;

6.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

6.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

6.11 Exigir da Contratada que providencie os documentos, conforme elencados item 11 desse Projeto Básico – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO, como condição indispensável para o recebimento do objeto

6.12 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 38 da Lei nº 12.462/2011.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

7.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as obras efetuadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, exigida no Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

7.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.9 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

7.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.11 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.12 A contratada deverá ser responsável pela operação e manutenção, limpeza, vigilância e operação de todas as instalações e infraestrutura do canteiro de obras

7.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.14 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

7.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.16 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

7.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.23 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.24 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

7.25 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

7.26 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

7.27 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

7.28 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.29 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

7.30 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

7.31 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidades Técnicas referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

7.32 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

7.33 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

7.34 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.35 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

7.36 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

7.36.1 Cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

7.36.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

7.36.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

7.36.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

7.36.4 Apenas se houver dúvida fundada acerca da autenticidade dos documentos acima, conforme art. 9º do Decreto nº 9.094/17, poderá haver solicitação de cópia autenticada por cartório ou pelo servidor, mediante comparação com o original.

7.37 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

7.37.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente (Decreto Municipal Nº 29.728/2021 Foz do Iguaçu), conforme o caso;

7.37.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

7.37.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

7.37.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

7.37.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

7.37.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

7.37.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

7.37.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

7.38 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

7.38.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

e o tipo de fonte;

7.38.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

7.38.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

7.39 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

7.40 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

7.41 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no Projeto Básico, constantes do Anexo H, bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

7.42 Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

7.43 Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

7.44 Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.45 Reconhecer sua responsabilidade exclusiva de contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

7.46 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

7.47 Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

7.48 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

7.49 Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

7.50 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.

7.51 Elaborar “as built”, ao final da obra, em conformidade com a NBR 14645-1:2001 da ABNT.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

8.1.1 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

8.1.2 Na hipótese de fornecimento e serviços que, por sua natureza, reclame a execução por terceiros, a Unila poderá autorizar a subcontratação, ficando a contratada, relativamente ao objeto subcontratado, direta e solidariamente responsável, técnica e civilmente, devendo promover a cessação imediata das atividades da subcontratada, quando solicitado pela Unila.

8.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.2.1 Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

8.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1 Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

## **10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2 A Fiscalização do contrato terá equipe própria, ou de empresa por ela contratada, para efetuar os trabalhos de fiscalização das obras. Todos os serviços descritos no contrato serão fiscalizados. A fiscalização será feita por engenheiros e técnicos qualificados, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e realização das obras e de tudo dará ciência à Administração.

10.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

10.4 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.7 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.8 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.9 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.10 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.11 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.12 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

10.13 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.14 Cumpre, ainda, à fiscalização:

10.14.1 Solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

10.14.1.1 Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

10.14.1.2 À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

10.14.1.3 À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.14.1.4 Aos depósitos do FGTS; e

10.14.1.5 Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.14.2 Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

10.14.3 Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

10.14.4 Somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

10.15 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a seguinte rotina:

10.15.1 O fiscal anotará no Diário de Obras todas as ocorrências relacionadas com a execução das obras e serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

10.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.17 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII e VIII – A (Da fiscalização técnica e administrativa) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.18 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.19 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

11.1 O recebimento das obras e serviços objeto deste Projeto Básico obedecerá ao disposto nas alíneas 'a' e 'b' do inciso I do artigo 73 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93. Durante a execução do objeto contratual, os trabalhos que, a critério da UNILA, não apresentarem as condições estabelecidas no contrato, serão rejeitados, e caberá à contratada todos os ônus e encargos da reparação, que deverá se efetivar, no máximo, dentro do prazo para tanto estipulado pela UNILA, no mesmo registro.

11.2 Caso a reparação não seja efetivada até o limite de prazo estipulado, a UNILA poderá contratar terceiros para executar os reparos por conta da contratada e ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, tudo sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

11.3 Nenhuma obra ou serviço fora das especificações constantes deste projeto serão executados pela contratada, ainda que em caráter extraordinário, salvo com a concordância expressa da UNILA, e conforme condições previstas neste instrumento.

11.4 O recebimento das obras e serviços será feito em duas etapas: Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo.

11.5 O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização.

11.6 Ao final da obra, antes da sua entrega provisória, a contratada deverá apresentar o Manual de Manutenção e Conservação e as Instruções de Operação e Uso, sendo que a sua apresentação deverá obedecer ao roteiro a seguir:

11.6.1 O Manual de Manutenção e Conservação deverá reunir as especificações dos fabricantes de todos os equipamentos, as normas técnicas pertinentes, os termos de garantia e a rede nacional de assistência técnica, bem como as recomendações de manutenção e conservação de tais equipamentos;

11.6.2 As Instruções de Operação e Uso deverão reunir todas as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos equipamentos acerca de seu funcionamento e operação, a fim de permitir sua adequada utilização. Serviços que deverão ser considerados:

11.6.2.1 Instalações elétricas, hidrossanitárias, de ar-condicionado, de proteção contra incêndio, de alarme, da infraestrutura lógica e de equipamento;

11.6.2.2 Impermeabilizações;

11.6.2.3 Revestimentos de paredes, pisos e forros;

11.6.2.4 Esquadrias, divisórias e ferragens;

11.6.2.5 Outros.

11.7 Recebimento provisório:

11.7.1 Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório e será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

11.7.2 Será emitido o Termo de Recebimento Provisório das obras, desde que sejam constatadas as seguintes condições:

11.7.2.1 Plena conformidade da execução com os respectivos projetos, plantas, detalhes e especificações aprovados.

11.7.2.2 Limpeza da obra e dos canteiros. Para atendimento do item deverão ser obedecidos os requisitos a seguir:

11.7.2.2.1 Nos pisos de cerâmica, granitos e cimentados, após varredura será feita lavagem com água e sabão.

11.7.2.2.2 As manchas e respingos de tinta serão retiradas com espátula ou palha de aço.

11.7.2.2.3 A limpeza das demais superfícies revestidas ou pavimentadas será procedida sempre com emprego de produtos específicos, se possível, os recomendados pelos fabricantes respectivos.

11.7.2.2.4 Somente será tolerada solução de ácido clorídrico e água (1:6), quando o material cerâmico não ficar completamente limpo com água e sabão.

11.7.2.2.5 Nos vidros a limpeza de manchas deverá ser com removedor.

11.7.2.2.6 Nos aparelhos sanitários a limpeza resume-se em lavagem com água e sabão.

11.7.2.2.7 Todas as ferragens tais como fechaduras, fechos, dobradiças e assemelhados deverão ser completamente limpas, lubrificadas e polidas.

11.7.2.2.8 Findos os trabalhos a contratada promoverá a desativação do canteiro, efetuará a remoção dos seus pertences e a limpeza geral externa.

11.7.2.3 Entrega e aceitação do Levantamento Cadastral Final (AS BUILT) do empreendimento após a execução da obra prevista no contrato.

11.7.2.4 Conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.7.2.5 Para emissão do Termo de recebimento Provisório será realizada inspeção minuciosa de toda a construção, que deverá ser efetuada pelos engenheiros da contratada e da contratante, acompanhados do mestre de obra, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários.

11.7.2.5.1 Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados, tais como rejunte de azulejos, de pisos de pedras e outras, substituição de vidros quebrados, retoques de pinturas, limpeza de ralos, regulação de válvulas de descarga, ajuste no funcionamento das ferragens das esquadrias, etc.

11.7.2.5.2 Serão procedidos testes para verificação de todas as esquadrias, instalações, aparelhos, equipamentos e impermeabilizações da edificação, para evitar reclamações futuras.

11.7.2.5.3 A vistoria das Obras incluirá os ensaios gerais nas instalações que consiste em testes para verificação final de todos os aparelhos e equipamentos. Estes testes serão conduzidos para aferir o funcionamento em condições normais e com sobrecarga.

11.7.2.5.4 Deverão ser executados todos os arremates necessários, pela contratada, visando a perfeita entrega da obra.

11.7.2.5.5 Todo e qualquer serviço complementar, visando entregar o prédio em perfeitas condições de utilização, de acordo com a legislação municipal e normas da ABNT, deverá ser previsto e executado pela contratada.

11.7.2.6 No caso do não recebimento provisório, a contratada deverá, no prazo fixado pela fiscalização no termo de verificação circunstanciado, tomar todas as providências para sanar os problemas apontados no termo que determinaram o não recebimento, sem prejuízo da aplicação pela UNILA das penalidades cabíveis.





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

11.7.2.7 Não sendo realizadas as reparações exigidas pela UNILA, poderá esta ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.7.2.8 Após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a contratada deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil.

11.7.2.9 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

**11.7.3 Recebimento Definitivo:**

11.7.3.1 Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação das obras, contado do Recebimento Provisório e desde que não haja nenhuma pendência, a contratada poderá requerer o recebimento definitivo do objeto do contrato. Nessa ocasião, a contratada deverá apresentar à UNILA:

11.7.3.1.1 Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

11.7.3.1.2 Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

11.7.3.1.3 Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

11.7.3.1.4 Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

11.7.3.1.5 Licença de Operação para o Alojamento, emitida pelo Órgão Ambiental Responsável;

11.7.3.1.6 Baixa de ART/RRT, junto ao CREA/CAU da região, da responsabilidade técnica de todos os envolvidos e registrados no conselho.

11.7.3.1.7 Documento comprobatório baixa da matrícula perante o CNO.

11.7.3.1.8 Averbação da nova área edificada na matrícula do imóvel.

11.7.4 O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 75 (setenta e cinco) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

11.7.5 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

11.7.6 Todos os custos envolvidos na obtenção dos documentos relativos à obra, tais como alvará, habite-se, inscrição e baixa de CNO, e outros, serão de exclusiva responsabilidade e correção por conta da contratada.

11.7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

11.7.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do aceite da Nota Fiscal.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 A emissão da Nota Fiscal para pagamento das etapas de medições será precedida de autorização da fiscalização do contrato e a Nota Fiscal do recebimento definitivo do serviço, será precedida de autorização conforme este Projeto Básico.

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.4.1 O prazo de validade;

12.4.2 A data da emissão;

12.4.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

12.4.4 O período de prestação dos serviços;

12.4.5 O valor a pagar; e

12.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

12.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.9 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.14 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

12.15 No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.15.1 Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.15.2 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

12.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX )	I	0.1 ( 6 / 100 ) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
-----------------	---	------------------------------	---

### 13. REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

### 14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

o máximo de 2% (dois por cento).

14.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

14.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

14.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.12 Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462/2011, a CONTRATADA que:

15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

contratação;

15.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 Praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

15.1.5 Cometer fraude fiscal.

15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) **Multa de:**

i. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

ii. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

iii. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

iv. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

v. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

vi. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos, conforme art. 87, III da Lei 8.666/93;

d) Impedimento de licitar e contratar com a União e entidades federais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme artigo 47 da Lei 12.462/2011;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” acima poderão ser aplicadas à





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

CONTRATADA com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor total do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor total do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor total do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor total do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor total do contrato

**1 Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

15.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA,



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10.1 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.11 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.12 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

16.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2

16.2.1 A qualificação econômico-financeira está contida no Edital no item 9.11.

16.3 Qualificação Técnica:

16.3.1 DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA LICITANTE:

16.3.1.1 A capacidade técnico-operacional visa demonstrar que a pessoa jurídica, enquanto organização empresária, é capaz de realizar o empreendimento. Não se avalia, portanto, atestados em nome dos profissionais; não é relevante saber se o responsável técnico que se comprometeu com o objeto, ainda possui vínculo com a empresa, uma vez que o foco da análise é a pessoa jurídica.

16.3.1.2 Para comprovação da Capacidade Operacional, a licitante deverá apresentar registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, em plena validade.

16.3.1.3 Na hipótese de proponente estabelecida em outra unidade da federação que não o Paraná, a averbação do registro no CREA-PR e/ou CAU-PR fica dispensada para fins de habilitação, contudo será exigida como obrigação contratual, caso resultar vencedora desta licitação;

16.3.1.4 Apresentação de Atestado(s) e/ou Certidão(ões) de Capacidade Técnica que demonstre que a mesma executou as seguintes atividades abaixo:

16.3.1.4.1 Execução de obra para edificação, comercial ou residencial, natureza pública ou privada com área igual ou superior a 1.200,00 m<sup>2</sup>, em uma única edificação;

16.3.1.4.2 Execução de obras de edificações industrial, comercial ou residencial, de natureza pública ou privada com execução de piso em granilite (granitina), com área mínima, em um único contrato, de 1.000 m<sup>2</sup>;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

16.3.1.4.3 Execução de estruturas de concreto armado moldado *in loco* ( $f_{ck}$  igual ou superior a 20 MPa), com volume mínimo, em um único contrato, de 300 m<sup>3</sup>;

16.3.1.4.4 O atestado é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas;

16.3.1.4.5 O atestado deve ter a assinatura com firma autenticada em cartório do representante legal da contratante, exceto no caso de apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT expedida pelo CREA ou CAU.

16.3.1.4.6 Serão recusados os atestados fornecidos cujos contratantes atestantes dos serviços sejam empresa do mesmo grupo econômico, ou tenham sócios em comum com a licitante (Acórdão TCU nº 608/2005-Plenário).

16.3.1.4.7 A exigência documental da capacidade técnica operacional, independe de quem seja o profissional responsável técnico, apenas se exige que na certidão conste a denominação da proponente como empresa executora da obra.

16.3.1.4.8 Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntado à documentação Declaração formal do contratante principal confirmando que a licitante foi a responsável técnica pela sua execução.

16.3.1.4.9 Sob pena de inabilitação, os documentos acima referenciados deverão estar em nome da licitante e conter o mesmo número do CNPJ, que deverá corresponder ao CNPJ constante da proposta da licitante. Se a licitante for da matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e se a licitante for uma filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.3.1.4.10 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.

16.3.1.4.11 Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

16.3.1.4.12 A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da licitante.

16.3.1.4.13 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados/certidões apresentados, quando solicitadas pela UNILA.

16.3.1.4.14 Declaração da proponente de que tem conhecimento de todas as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação.

16.3.1.4.15 Declaração da proponente de que tem conhecimento do inteiro teor do edital, de seus anexos, da minuta de contrato, e de todos os documentos técnicos para a efetivação da obra.

#### 16.4 DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

16.4.1 A capacitação técnico-profissional tem por objetivo verificar se os responsáveis técnicos indicados já executaram objeto similar. Note-se, portanto, que a experiência a ser verificada não é a da pessoa jurídica, mas sim a do profissional que atuará como responsável técnico na execução do contrato;

16.4.2 Para comprovação da Capacidade técnico-profissional, a licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do(s)



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

responsável(eis) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços da presente licitação.

16.4.3 Composição e qualificação da equipe técnica:

16.4.3.1 A equipe técnica deverá ser composta por, pelo menos, o(s) seguinte(s) profissional(is) técnico(s):

16.4.3.1.1 01 Profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, com atribuição de responsável técnico pela execução dos serviços

16.4.4 São consideradas relevantes as parcelas do objeto

16.4.4.1 Apresentar comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, onde realizaram obras/serviços com características semelhantes às do objeto desta licitação, comprovando pelo menos as seguintes atividades:

16.4.4.1.1 Execução de obra para edificação, comercial ou residencial, natureza pública ou privada com área igual ou superior a 1.200,00 m<sup>2</sup>, em uma única edificação;

16.4.4.1.2 Execução de obras de edificações industrial, comercial ou residencial, de natureza pública ou privada com execução de piso em granilite (granitina), com área mínima, em um único contrato, de 1.000 m<sup>2</sup>;

16.4.4.1.3 Execução de estruturas de concreto armado moldado *in loco* ( $f_{ck}$  igual ou superior a 20 MPa), com volume mínimo, em um único contrato, de 300 m<sup>3</sup>;

16.4.4.1.4 As licitantes deverão indicar expressamente o profissional de nível superior pertencente ao quadro permanente da empresa, devidamente registrado no conselho de classe (CREA e/ou CAU), o qual será Responsável Técnico (RT) pelos serviços. Entende-se para os fins do certame, como pertencente ao quadro permanente:

16.4.4.2 Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competentes;

16.4.4.3 Diretor: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição, devidamente publicada, em se tratando de sociedade anônima;

16.4.4.4 Empregado: Cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Trabalho em vigor;

16.4.4.5 Responsável técnico: Cópia da certidão expedida pela Entidade Profissional competente da Sede ou da Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Ficha de Registro do Empregado (FRE), devidamente registrada no Ministério da Economia; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver, ou
- d) Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício; ou
- e) Profissional contratado: contrato de prestação de serviço.

16.4.5 No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados.

16.4.6 Objetivando oferecer agilidade na análise da documentação apresentada para atendimento da capacidade técnico-operacional e profissional a licitante deverá identificar, preferencialmente, por marca-texto ou grifo ou seta ou sinalizar, na própria certidão os



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
**Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

serviços para o qual apresentou o(s) atestado(s).

16.4.6.1 Os Atestados de Capacidade Técnica devem ser fornecidos pelo(s) contratante(s) do(s) serviço(s) e consignar, no mínimo, as seguintes informações: especificação dos serviços e quantidades executadas, prazos de execução, período de execução, nome do proprietário dos serviços ou serviços, nome contratante (se diferente do proprietário), nome do contratado, nº do contrato relacionado aos serviços executados e nome responsável técnico (Acórdão TCU 214/2005-Plenário).

16.4.6.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

16.4.7 Os profissionais qualificados pela contratada durante a fase de habilitação, bem como o responsável técnico, deverão, obrigatoriamente, pertencer ao quadro permanente da empresa durante o período de execução dos serviços, devendo acompanhar presencialmente e regularmente a execução da obra. Em caso de substituição, a Contratada deverá solicitar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, apresentando toda a documentação referente ao novo profissional, que deverá ser equivalente ou superior ao solicitado por este termo.

16.4.7.1 A proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

16.5 A proposta deverá contemplar os quantitativos e orientações previstas neste Projeto Básico e Anexos.

16.6 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.6.1. Valor Global: R\$ 8.196.114,20 (oito milhões e cento e noventa e seis mil e cento e quatorze reais e vinte centavos).

16.6.1.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

16.7 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

## **17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

O custo estimado da contratação é de **R\$ 8.196.114,20 (oito milhões e cento e noventa e seis mil e cento e quatorze reais e vinte centavos).**

## **18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

18.1 Elemento de Despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

18.1.1 Ações orçamentárias 20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

18.1.2 Plano de Trabalho 12.364.5013.8282.0041;





**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

18.1.3 PTRes 171320

18.1.4 Fonte 8100 – Recursos Ordinários - limitados a R\$ 3.290.000 (três milhões, duzentos e noventa mil reais),

18.1.5 Plano Interno: a definir, conforme Portaria MEC Nº 3, de dezembro de 2021.

Foz do Iguaçu-PR, 05 de agosto de 2022.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO – Conforme PORTARIA Nº 15/2022/PROAGI**

Cleofas Berwanger  
Engenheiro Civil  
SIAPE 1823954

Paloma de Paula Costa Guimarães  
Secretária Executiva  
SIAPE 2139348

Jedson Correa Leite  
Técnico em Edificações  
SIAPE 2141171

Rosangelo Jeronimo da Costa Duarte  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
SIAPE 2173027

**Responsável pela Aprovação:**

Aref Kalilo Lima Kzam  
Secretário de Implantação do Campus  
SIAPE 2086727